

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2017

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário – Área Judiciária
Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável preserva os recursos para o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

- 1 *Há um traço fundamental na história indígena do rio Amazonas, cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região. É um fenômeno demográfico e cultural de longa duração que acompanha os primeiros duzentos anos da ocupação europeia e que irá resultar, em meados do século XVIII, numa realidade etnográfica substancialmente distinta da que havia sido observada pelos primeiros exploradores quinhentistas.*
- 5 *Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas e da sua substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo descidos dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização. Desaparecimento, em sentido étnico, é o termo adequado, e ver-se-á mais adiante de que forma ele se deu. Neste processo de despovoamento maciço e repovoamento parcial, dois aspectos devem ser assinalados: a) o desaparecimento dos padrões adaptativos (demográficos, organizacionais e ergológicos) da população original, que não chegam a se reconstituir, a não ser parcialmente, quando do povoamento induzido pelo colonizador; neste segundo momento ocorre b) a formação de um estrato que chamaremos neo-indígena, inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica.*

Obs.: ergológico: relativo à ergologia, ramo da etnologia que estuda a cultura material.

(PORRO, Antônio. História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela C. (org). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998, p. 175)

1. Entende-se corretamente do trecho acima transcrito:

- (A) Os exploradores quinhentistas e dos duzentos anos de vivência na região amazônica não foram competentes ao pesquisar o passado indígena, o que determinou graves equívocos na ocupação europeia.
- (B) A existência de um fenômeno demográfico e cultural que se desenvolveu de especial modo estendido, no tempo e no espaço, provocou mudanças relevantes no processo inicial de ocupação europeia na Amazônia.
- (C) A migração de certas nações indígenas que habitavam ao longo do rio Amazonas, em busca de melhores condições de sobrevivência, foi concomitante à migração de outros grupos para esse mesmo espaço.
- (D) Em processo determinado pelo decurso da colonização, desapareceram nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas e outros grupos de autóctones foram formados, em ato e efeito de aculturação.
- (E) O desaparecimento, em sentido étnico, caracteriza-se por despovoamento em larga escala e sucessivo e imediato repovoamento, este em patente escala bem menor do que se teve no povoamento primeiro.

2. Infere-se corretamente do texto:

- (A) É traço essencial e determinante na história de um povo aquele que ilumina não só o seu passado, mas também o seu presente.
- (B) A história de populações autóctones de um país é constituída de poucos fatos de relevo, o que exige percepção apurada daquele que busca entender o passado anterior a um processo colonizador.
- (C) Da vivência de duzentos anos de um determinado povo procede naturalmente uma realidade que implica desaparecimento e surgimento de etnias.
- (D) Povos que vivem nas margens de rios são predestinados a migrar, quer em sua totalidade, quer de modo parcial e paulatino.
- (E) Processos de colonização introduzem padrões de adaptação – no que se refere à distribuição demográfica, ao modo de organização social, ao modo de criar objetos –, porque modelos de comportamento inexistem em grupos autóctones.

3. Considerada a norma-padrão da língua, é adequado o que se afirma em:

- (A) (linhas 1 e 2) Redação alternativa do segmento *cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região*, que não prejudique nem seu sentido no contexto original, nem a correção gramatical, poderia ser “percepção da qual depende necessariamente o entendimento do passado e do presente da região”.
- (B) (linha 3) No contexto em que está empregada, a forma verbal *irá resultar* não é adequada, pois a menção a *meados do século XVIII* exigiria o uso de “iria resultar”.
- (C) (linha 4) A substituição da forma *havia sido observada* por “teria sido observada” não prejudica o sentido original da frase.
- (D) (linha 7) A colocação do pronome oblíquo observada em *ver-se-á* é correta; essa mesóclise é restrita ao emprego do futuro do presente.
- (E) (linha 9) O emprego do verbo auxiliar destacado em *que não chegam a se reconstituir* indica que haveria a possibilidade de a ação denotada pelo verbo principal ter sido concluída.



4. (parágrafo 2) e *ver-se-á mais adiante de que forma ele se deu.*

Em conformidade com a norma-padrão da língua, substitui-se o segmento destacado por:

- (A) o modo que ele ocorreu.
- (B) a feição que ele adquiriu.
- (C) os traços de que ele revestiu.
- (D) o perfil adotado a ele.
- (E) o método porque ele se processou.

5. Palavras utilizadas no texto motivaram as frases que seguem, que, entretanto, devem ser analisadas independentemente dele. A que se apresenta em conformidade com as normas de concordância é:

- (A) Certamente podem ter havido entre os leitores-pesquisadores muitas dúvidas sobre a magnitude do citado desaparecimento de nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas.
- (B) Fenômenos demográficos e culturais, em qualquer época da história da humanidade, sempre pôde produzir efeitos insuspeitados, e muitas vezes o fez.
- (C) O capítulo evidencia que vários aspectos da história indígena amazônica devem merecer ainda cuidadosa reflexão, porque, apesar da curiosidade que suscita, muito dela ainda permanece obscuro.
- (D) Grupos indígenas, principalmente inserido no contexto do rio Amazonas, vem chamando a atenção de pesquisadores de distintas áreas do saber, estudiosos que os julgam detentores de muitos segredos.
- (E) Adepto ou não desse entendimento sobre a formação de um estrato neo-indígena, especialistas em etnografia muito se dedicam a interpretar os dados apresentados na pesquisa recém-publicada.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 12.

1 *Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos. Pelas contas do Censo 2000, para uma população total em torno de 170 milhões de habitantes, o Brasil entra no século XXI aproximadamente com 125 milhões de católicos declarados, praticamente três quartos da população residente total.*

5 *Quer dizer que no início do terceiro milênio ainda é possível a esse país, o maior e mais populoso da “América católica”, continuar ostentando com fundamento em dados estatísticos cientificamente controlados e religiosamente isentos sua histórica posição de nação com hegemonia católica, que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”. Tradicionalmente autoaplicado por seus habitantes em conotações que, a bem da verdade, sofrem polarizações e inflexões de toda espécie e grau, que vão do contentamento envaidecido sem ressalvas ao lamento aborrecido sem reservas, a plausibilidade desse superlativo identitário pode estar com os dias contados.*

10 *Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias. Esse lento vir a ser, ao mesmo tempo matemático e falastrão, vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural com a introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva, de estranhamentos e distâncias, descontinuidades e respiros no batido ramerrão do imaginário religioso nacional. Com efeito, hoje se assiste em nosso país a um vigoroso movimento de transição demográfico-religiosa que já assumiu a forma de progressiva migração de contingentes católicos para outras religiões. Ou mesmo para nenhuma.*

(Adaptado de: PIERUCCI, Antonio Flávio. Religiões no Brasil. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança.** Companhia das Letras, 2011, p. 472-473)

6. É legítimo afirmar: no texto,

- (A) o argumento a favor da demonstração de que o Brasil deixará de ser em breve hegemonicamente católico é sustentado pelos rigorosos dados do recenseamento de 2000 mencionados pelo autor.
- (B) é reconhecível o ponto de vista favorável ao fato de os brasileiros assumirem-se como católicos em levantamento demográfico, assunção de identidade que legitima a preservação do título de maior país católico do mundo atribuído ao Brasil.
- (C) o emprego das aspas na expressão “América católica” sinaliza que, por meio da ironia, o autor censura o apego dos brasileiros a títulos de supremacia, adesão que ele nota até mesmo quando se trata de religião.
- (D) admite-se que à expressão “o maior país católico do mundo” empregada pelos brasileiros se têm atribuído sentidos distintos, o que justifica o fato de o uso do título estar em extinção.
- (E) avalia-se que, sob o fato manifesto e contínuo de brasileiros virem deixando a religião católica, ao migrar ou não para alguma outra, o superlativo que historicamente individualiza o Brasil do ponto de vista religioso está perdendo a razoabilidade.



7. No segundo parágrafo,
- (A) a expressão *Quer dizer* introduz exposição mais detalhada do que se apresenta no primeiro parágrafo, esclarecimento realizado sob o padrão da neutralidade científica.
 - (B) os segmentos *cientificamente controlados e religiosamente isentos* subordinam-se diretamente à palavra *fundamento*.
 - (C) o emprego de *um dia* sugere que a ideia de *desgastado*, atribuída à palavra *título*, teve breve duração.
 - (D) a caracterização de *conotações* evidencia que os brasileiros, ainda que possam manifestar emoções antagônicas ao fazer uso da qualificação “*o maior país católico do mundo*”, o fazem com a mesma intensa adesão ao seu particular sentimento.
 - (E) o emprego da expressão *a bem da verdade* sinaliza a introdução de uma específica correção, retificação que remete diretamente ao segmento *sua histórica posição de nação com hegemonia católica*.

8. (3º parágrafo) *Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu.*

Considerado o trecho acima, no contexto em que está inserido, é apropriado afirmar:

- (A) As incontestes desigualdades estruturais do Brasil impossibilitam leituras mais pontuais e consistentes acerca da vida dos brasileiros, principalmente no que se refere a seus hábitos religiosos.
- (B) A inclusão de uma vírgula depois de *Não obstante* mantém a correção e a clareza da frase, visto que o emprego desse sinal de pontuação, nessa específica formulação, é facultativo.
- (C) Em *a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil*, a substituição de *ininterrupta* por “intermitente” mantém o sentido original da frase.
- (D) A expressão *nos dias que correm* expressa um fator condicionante.
- (E) A locução verbal em que está presente o gerúndio indica uma ação durativa em tempo não marcado.

9. *Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias.*

Propõe-se reescrever o trecho acima eliminando o ponto final e iniciando a frase por “Trata-se de um processo”. Uma formulação aceitável, por não prejudicar o sentido e a correção originais, deve conter o seguinte segmento:

- (A) ainda que também seja visível a olho nu.
 - (B) à medida que é visível a olho nu.
 - (C) sendo, pois, visível a olho nu.
 - (D) entretanto será visível a olho nu.
 - (E) quando visível a olho nu.
10. *Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias.*

A única alternativa INCORRETA sobre o trecho acima transcrito, em seu contexto, é:

- (A) A expressão *Visível a olho nu*, que constitui caracterização da palavra que a antecede, dá oportunidade para que se introduza outro argumento a favor da ideia expressa por *notório*.
- (B) Se o assunto fosse não *um processo*, mas “processos”, a correção exigiria a forma “se tratam de processos”.
- (C) O verbo “haver”, na frase, está empregado como indica o seguinte verbete do **Dicionário eletrônico Houaiss**: *transitivo direto [impessoal] ter transcorrido ou ser decorrido (tempo)*.
- (D) Transpondo a voz passiva presente na frase para a voz ativa, a forma correta a ser grafada é “têm acompanhado”.
- (E) A retirada da vírgula após a palavra *reiteradamente* prejudica o sentido original da frase.

11. O segmento do texto que está traduzido de maneira a não prejudicar o sentido original é:

- (A) *Esse lento vir a ser* / Esse fugaz começar a ser o que não era antes.
- (B) *ao mesmo tempo matemático e falastrão* / simultaneamente preciso e de superlativa eficiência.
- (C) *vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural* / vai paulatinamente atualizando nosso antiquado perfil cultural.
- (D) *no batido ramerrão do imaginário religioso nacional* / na surrada e monótona repetição do imaginário religioso nacional.
- (E) *introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva* / inserção pontual, mas nem por isso menos avassaladora.



12. A assertiva que a gramática normativa aprova é:

- (A) (linha 1) O pronome destacado em *Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos* determina que se entenda a frase como equivalente a “Três em cada quatro brasileiros são considerados católicos”.
- (B) (linha 4) A função do pronome **esse** restringe-se a sinalizar que o país referido é aquele que vem anunciado, logo em seguida, como *o maior e mais populoso da “América católica”*.
- (C) (linhas 6 e 7) Em *que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”*, o pronome destacado tem sentido possessivo, como em “Colocou-lhe no dedo a aliança prometida”.
- (D) (linha 12) Se, em vez da caracterização original do *processo*, houvesse uma outra formulação, ela estaria correta, por exemplo, assim: “se trata de um processo cujo desfecho dependerão várias religiões”.
- (E) (linhas 6 e 7) Em *que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”*, o pronome destacado pode ser substituído por “a ele”, sem prejuízo do sentido e da correção originais.

13. A redação em que as ideias estão expostas de modo claro e correto é:

- (A) Era uma casa que ao redor todos conheciam a história dos últimos moradores, que não era nem totalmente verdadeira ou muito fictícia, mas assombrava quem quer que ouvia o relato.
- (B) Várias técnicas práticas foram desenvolvidas desde muitos anos a fim de coleta de informações detalhadas sobre a doença, sendo rara na região, por isso pouco conhecida e divulgada.
- (C) Diante de uma trajetória tão movimentada e desafiadora, só se pode, na verdade, admirar a constância com que os refugiados souberam preservar sua coesão e os pequenos rituais que os fortaleciam.
- (D) Quanto ao futuro do projeto recém-anunciado e delineado por especialistas da área, situado entre os interesses dos donos da terra e dos assalariados, é evidentemente impossível prever.
- (E) O conflito se deu, como visto à exaustão, decorrente do peso sempre crescente dos que protestavam e o contrário, que diminuía, dos defensores das novas normas de organização da empresa estatal.

14. Considerada a norma-padrão da língua, a frase que se apresenta correta é:

- (A) Sua averção a novidades da tecnologia poderá fazer com que ele pleiteie uma transferência para outro setor, em que não precise ser tão desafiado por elas.
- (B) Eles reouveram todos os documentos que haviam sido extraviados e espontaneamente ofereceram indenização ao rapaz que os achou e se empenhou em devolvê-los.
- (C) Os mais jovens se absteram de votar a favor da mudança de horário, em flagrante oposição ao coordenador da sessão que não conseguiu disfarçar sua decepção.
- (D) Com tal quantidade de produtos perecível, ninguém entendeu o porquê de a carga ter sido despachada, em caminhões convencionais, sem refrigeração.
- (E) As segunda-feiras, impreterivelmente, o encarregado envia ao grupo de analistas todo o material recebido, cabendo-lhes então, a tarefa de avaliar o quê deverá ser encaminhado ao conselho gestor.

15. Considere o enunciado que segue.

Acredito que os interessados se mostram aptos à função para a qual estão se candidatando quando agem com ponderação diante de cada desafio que lhes é proposto, ou seja, reflete-se sobre o caso a ser analisado e procura-se avaliar de forma imparcial os possíveis aspectos divergentes que nele estejam em jogo.

Na frase,

- (A) nenhuma alteração deve ser feita, pois o conjunto está organizado de maneira clara, mantendo a mesma perspectiva de tratamento do tema e em conformidade com a norma-padrão da língua.
- (B) há um equívoco de construção, pois temos dois segmentos preposicionados – *à função* e *para a qual está se candidatando* – em relação de dependência direta com a mesma palavra – *aptos*.
- (C) com o intuito de observar-se o paralelismo de construção, seria adequada a substituição de *reflete-se* e *procura-se avaliar* por, respectivamente, “quando refletem” e “quando procuram avaliar”.
- (D) o segmento introduzido por *ou seja* poderia ser eliminado, pois seu conteúdo é pleonástico, nada acrescentando ao já dito: “ponderar” implica, por si só, a ideia de “refletir” e “avaliar de forma imparcial”.
- (E) com o intuito de obter a adequada correlação entre as formas verbais empregadas, e notando-se o emprego, na linha inicial, de *se mostram* e *estão*, teria de haver obrigatoriamente a substituição de *estão* por “estão”.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Alexandre, Breno, Cleide e Débora saíram vestindo camisas do seu time de futebol. Sabe-se que cada pessoa torce por um time diferente, e que os times são: Flamengo, Corinthians, São Paulo, Vasco, não necessariamente nessa ordem. Cleide é corintiana, Breno não torce pelo Flamengo nem pelo São Paulo, Débora é são-paulina. Sendo assim, conclui-se que Alexandre e Breno, respectivamente, torcem para
- (A) Flamengo e Corinthians.
(B) Vasco e Flamengo.
(C) São Paulo e Vasco.
(D) Flamengo e Vasco.
(E) Vasco e Corinthians.
-
17. Em 2015 as vendas de uma empresa foram 60% superiores as de 2014. Em 2016 as vendas foram 40% inferiores as de 2015. A expectativa para 2017 é de que as vendas sejam 10% inferiores as de 2014. Se for confirmada essa expectativa, de 2016 para 2017 as vendas da empresa vão
- (A) diminuir em 6,25%.
(B) aumentar em 4%.
(C) diminuir em 4%.
(D) diminuir em 4,75%.
(E) diminuir em 5,5%.
-
18. A altura máxima, em metros, que um guindaste é capaz de içar uma carga é inversamente proporcional ao peso dessa carga, em toneladas. Sabe-se que esse guindaste iça uma carga de 2,4 toneladas a uma altura máxima de 8,5 metros. Sendo assim, se a altura máxima que o guindaste consegue içar uma carga é de 12 metros, o peso máximo da carga, que pode ser içada a essa altura, é igual a 1 tonelada e
- (A) 500 kg.
(B) 800 kg.
(C) 600 kg.
(D) 900 kg.
(E) 700 kg.
-
19. Marlene, Jair, Renata, Alexandre e Patrícia fizeram uma prova de um concurso obtendo cinco pontuações diferentes. Sabe-se ainda que, nessa prova:
- Marlene obteve mais pontos do que Alexandre, mas menos pontos do que Patrícia;
 - Jair obteve mais pontos do que Renata, que por sua vez obteve mais pontos do que Marlene.
- Sendo assim, é necessariamente correto que
- (A) Marlene obteve mais pontos do que Renata.
(B) Jair obteve menos pontos do que Patrícia.
(C) Renata obteve menos pontos do que Patrícia.
(D) Alexandre foi o que obteve menos pontos.
(E) Patrícia foi a que obteve mais pontos.
-
20. José Souza, Paulo Almeida e Claudio Prinot são três funcionários que têm que realizar, no total para os três, 72 tarefas diariamente. Cada dia eles escolhem um critério diferente para repartir as tarefas. Por exemplo, no dia de ontem eles decidiram que as 72 tarefas seriam divididas entre eles diretamente proporcional às consoantes do sobrenome de cada um. Sendo assim, ontem Paulo Almeida teve que realizar o total de tarefas igual a
- (A) 15.
(B) 12.
(C) 18.
(D) 9.
(E) 24.



21. Para um concurso foram entrevistados 970 candidatos, dos quais 527 falam inglês, 251 falam francês, 321 não falam inglês nem francês. Dos candidatos entrevistados, falam inglês e francês, aproximadamente,
- (A) 13%.
- (B) 18%.
- (C) 9%.
- (D) 11%.
- (E) 6%.

Noções de Informática

22. Considerando-se que o Windows 7 Professional, em português, está instalado na unidade C de um computador,
- (A) não será permitido salvar arquivos na raiz desta unidade, mas somente em pastas e subpastas criadas a partir da raiz.
- (B) clicando-se com o botão direito do *mouse* sobre esta unidade, será possível acessar uma opção para particionar (dividir) o disco.
- (C) será permitido formatar esta unidade a partir do Windows, porém, todos os arquivos e pastas serão apagados e não poderão ser recuperados.
- (D) se uma pasta que contém 9 MB em documentos for apagada do HD, ela será enviada para a lixeira e poderá ser posteriormente recuperada.
- (E) a pasta onde o Windows está instalado ficará oculta e não poderá ser acessada, para evitar que arquivos importantes sejam apagados.
23. Considere a planilha abaixo, digitada no Microsoft Excel 2010 em português, ou no LibreOffice Calc versão 5, em português. Os dados da planilha são, hipoteticamente, de despesas com diárias pagas a magistrados, em Outubro de 2016.

	A	B	C
1	Favorecido	Mauro da Silva	André Alves
2	CPF	469.725.804-03	430.882.465-70
3	Cargo	Desembargador	Juiz
4	Origem	Manaus	Manaus
5	Destino	Brasília	Brasília
6	Data Partida	19/10/2016	19/10/2016
7	Data retorno	23/10/2016	22/10/2016
8	Motivo	Seminário	Seminário
9	Meio de Transporte	Avião	Avião
10	Processo	79/2016	780/2016
11	Portaria	794/2016/SGP	797/2016/SGP
12	Número de diárias	3,5	2
13	Valor por diária	R\$ 321,00	R\$ 250,00
14	Despesas totais		
15	R\$ 1.623,50		

Na célula A15, deseja-se calcular as despesas totais geradas pelos dois favorecidos das colunas B e C. A fórmula que deverá ser digitada nessa célula é:

- (A) $=[B12*B13]+[C12*C13]$
- (B) $=B13+C12$
- (C) $=(B12^B13)+(C12^C13)$
- (D) $=(B12+C12)*(B13+C13)$
- (E) $=B12*B13+C12*C13$



24. Considere a barra de endereços do navegador, abaixo, exibida no Google Chrome.



Os ícones do cadeado fechado e da estrela servem, respectivamente, para mostrar que o portal do TRT11

- (A) é seguro e para adicionar este portal aos favoritos.
- (B) está criptografado e para acessar as configurações do navegador.
- (C) está bloqueado para acesso e para adicionar este portal aos favoritos.
- (D) é certificado digitalmente e para acionar o modo de navegação anônima.
- (E) é seguro e para acessar as configurações do navegador.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

25. Considere os seguintes atos:

- I. Prestar informações sobre os assentamentos funcionais dos juízes e servidores para fins de promoção por merecimento ou aplicação de penalidades.
- II. Julgar mandados de segurança contra atos das Turmas.
- III. Julgar ações rescisórias.
- IV. Homologar desistências e acordos nos dissídios individuais, apresentados antes da distribuição e após o julgamento do feito.
- V. Presidir a Comissão de Uniformização da Jurisprudência.

Nos termos do Regimento Interno do TRT da 11ª Região, a competência para a prática desses atos, respectivamente, é do

- (A) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal, Presidente da Turma e Corregedor.
- (B) Corregedor, Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal e Vice-Presidente.
- (C) Corregedor, Tribunal Pleno, Tribunal Pleno, Presidente da Turma e Vice-Presidente.
- (D) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente da Turma, Tribunal Pleno e Presidente do Tribunal.
- (E) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Tribunal Pleno, Vice-Presidente e Corregedor.

26. Um Desembargador e um Juiz de Primeira Instância sofreram pena de advertência em processos iniciados por membros do Tribunal, após deliberação do Pleno. O Juiz de Primeira Instância deixou de figurar em lista de promoção por merecimento pelo prazo de um ano, contado da imposição da pena. A forma como foi conduzida a sessão contrariou o Regimento Interno do TRT da 11ª Região em

- (A) dois aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Juízes de Primeira Instância e a exclusão da lista de promoção por merecimento é prevista para o caso da pena de censura.
- (B) dois aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Desembargadores e não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.
- (C) um aspecto, uma vez que não há previsão legal para a exclusão da lista de promoção por merecimento.
- (D) três aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Juízes de Primeira Instância, a exclusão da lista de promoção por merecimento é prevista para o caso da pena de censura e não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.
- (E) um aspecto, uma vez que não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.

27. No que se refere à ordem dos serviços no TRT da 11ª Região, seu Regimento Interno estabelece que

- (A) recurso mandado subir em agravo de instrumento não gera distribuição mediante compensação ao relator do acórdão.
- (B) serão encaminhados ao Ministério Público do Trabalho somente os processos em que figurar como parte a Fazenda Pública, o próprio Órgão Ministerial ou, ainda, se versar sobre interesse de incapaz sem assistência ou representação.
- (C) os processos de competência originária terão como revisor nato o Desembargador Vice-Presidente.
- (D) conflito de competência ou de atribuições depende de publicação e pauta.
- (E) haverá revisor nos processos de competência recursal.

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

28. A proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência encontra guarida no Poder Judiciário, conforme regula a Lei nº 7.853/1989, e estabelece que
- (A) as ações judiciais para esse fim podem ser propostas por associação constituída há mais de seis meses, nos termos da lei civil.
 - (B) todas as ações judiciais para esse fim correm em segredo de justiça.
 - (C) uma vez proposta a ação judicial para esse fim, o interesse público impede a desistência ou abandono da ação.
 - (D) autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência podem propor as medidas judiciais destinadas a esse fim.
 - (E) a sentença proferida em ação judicial para esse fim terá, em todos os casos, eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.

29. Alunos de um curso de Direito participaram de um evento organizado pelo Governo do Estado do Amazonas sobre os direitos das pessoas com deficiência. A primeira discussão tratou dos seguintes temas relacionados à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

- I. O desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.
- II. A adoção de estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- III. O desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência.
- IV. O fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos.
- V. A fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de deficiência.

Para a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e nos termos do Decreto nº 3.298/1999, esses temas são conceituados, respectivamente, como:

- (A) instrumento, princípio, diretriz, objetivo e instrumento.
- (B) princípio, diretriz, objetivo, instrumento e instrumento.
- (C) princípio, princípio, diretriz, instrumento e objetivo.
- (D) diretriz, princípio, instrumento, princípio e objetivo.
- (E) objetivo, princípio, princípio, diretriz e diretriz.

30. No que diz respeito ao reconhecimento igual perante a lei, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que

- (A) a pessoa com deficiência sempre será submetida à curatela.
- (B) a curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária.
- (C) a curatela é proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e persiste obrigatoriamente até que sejam completados os 21 anos de idade.
- (D) é facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
- (E) a curatela não afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Considere as situações hipotéticas abaixo.

- I. Tércio é Presidente da República.
- II. Carmem é Advogada-Geral da União.
- III. Wagner é Procurador-Geral da República.

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente a Tércio, mediante

- (A) decreto, dispor sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, podendo delegar essa atribuição a Wagner, apenas, que observará os limites traçados nas respectivas delegações.
- (B) portaria, dispor sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, podendo delegar essa atribuição tanto a Carmem quanto a Wagner, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.
- (C) decreto, prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei, podendo delegar essa atribuição a Carmem, apenas, que observará os limites traçados nas respectivas delegações.
- (D) portaria, dispor sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, não podendo delegar essa atribuição nem a Carmem nem a Wagner.
- (E) decreto, dispor sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, podendo delegar essa atribuição tanto a Carmem quanto a Wagner, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

32. Claudemir é cidadão brasileiro, tem 37 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada. De acordo apenas com as informações mencionadas, é correto afirmar que Claudemir poderá, mediante

- (A) concurso público de provas e títulos, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, apenas judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- (B) livre nomeação pelo Presidente da República, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- (C) livre nomeação pelo Presidente da República, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- (D) concurso público de provas e títulos, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, apenas diretamente, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- (E) a escolha de 2/5 dos membros do Congresso Nacional, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, através de órgão vinculado, representa a União, apenas judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

33. Jamile consultou um advogado a fim de propor ação de indenização por dano moral decorrente da relação de trabalho em face de sua empregadora "Amanda e Armando Ltda.". Admitindo-se que o ato danoso constitua crime contra a organização do trabalho, devendo ser objeto de ação penal, é correto afirmar que para processar e julgar as referidas ações a competência é da

- (A) Justiça do Trabalho para a ação indenizatória e da Justiça Federal para a ação penal.
- (B) Justiça do Trabalho para a ação indenizatória e para a ação penal.
- (C) Justiça Federal para a ação indenizatória e para a ação penal.
- (D) Justiça Federal para a ação indenizatória e da Justiça do Trabalho para a ação penal.
- (E) Justiça Estadual para a ação indenizatória e para a ação penal.

34. Considere a seguinte situação hipotética: Hugo, Leonardo e Jaílma pretendem criar o partido político Y. Hugo propõe que seja contatada determinada entidade estrangeira com a finalidade de receber dela recursos financeiros para o novo partido; Leonardo sugere que seja criado o partido em caráter regional; Jaílma sugere a utilização, pelo novo partido, de organização paramilitar. Com relação a tais sugestões,

- (A) todas são admissíveis porque os partidos políticos podem receber recursos financeiros de entidade estrangeira, além de ser possível o seu caráter regional, sendo permitida a utilização de organização paramilitar.
- (B) são inadmissíveis as de Hugo e de Jaílma, porque os partidos políticos estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade estrangeira, sendo vedada a utilização de organização paramilitar, mas é admissível a de Leonardo, pois os partidos políticos podem ter caráter regional.
- (C) são inadmissíveis as de Hugo e de Leonardo, porque os partidos políticos estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade estrangeira e devem ter caráter nacional, mas é admissível a de Jaílma, pois é permitida, pelos partidos políticos, a utilização de organização paramilitar.
- (D) são inadmissíveis as de Leonardo e Jaílma, porque os partidos políticos devem ter caráter nacional, sendo vedada a utilização de organização paramilitar, mas é admissível a de Hugo, pois é permitido, aos partidos políticos, o recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira.
- (E) todas são inadmissíveis, porque os partidos políticos estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade estrangeira e devem ter caráter nacional, sendo vedada a utilização de organização paramilitar.



35. Considere a seguinte situação hipotética: Maria é Prefeita do Município X e está sendo muito elogiada no exercício de seu primeiro mandato. Com a proximidade das eleições, aproveitando a popularidade de Maria – que irá exercer seu mandato até o final – seu marido, Jerônimo, deseja se candidatar ao cargo de Presidente da República e seu filho, Hélio, pretende se candidatar a Vereador no mesmo Município X. Considerando apenas as informações fornecidas, é correto afirmar que Jerônimo
- (A) e Hélio são elegíveis para os cargos que almejam.
 - (B) é elegível para o cargo de Presidente da República e Hélio é inelegível para o cargo de Vereador no Município X.
 - (C) e Hélio são inelegíveis apenas para os cargos que almejam.
 - (D) é inelegível para o cargo de Presidente da República e Hélio é elegível para o cargo de Vereador no Município X.
 - (E) e Hélio são inelegíveis para qualquer cargo eletivo, não podendo se candidatar ao cargo que almejam, tendo em vista o grau de parentesco com Maria.

Direito Administrativo

36. Joaquim é advogado e foi convidado por um Juiz de determinado Tribunal para ocupar cargo em comissão no citado Tribunal, sendo sua contratação efetivada em novembro de 2015. Ocorre que Joaquim, no exercício de suas atribuições, negou publicidade a atos oficiais, o que acarretou a sua exoneração, ocorrida em outubro de 2016. O fato também chegou ao conhecimento do Ministério Público, que pretende, após a devida investigação, ingressar com ação de improbidade administrativa contra Joaquim. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, a ação de improbidade pretendida pelo Ministério Público pode ser proposta até
- (A) novembro de 2025.
 - (B) novembro de 2020.
 - (C) outubro de 2020.
 - (D) outubro de 2021.
 - (E) novembro de 2018.

37. Rúbia e Nefertite são partes interessadas em um mesmo processo administrativo de âmbito federal. Em determinado momento, Rúbia formulou, por meio de manifestação escrita, pedido de desistência total do pedido formulado. A propósito do tema e, nos termos do que preceitua a Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que
- (A) o processo administrativo será obrigatoriamente extinto.
 - (B) a desistência atingirá somente Rúbia.
 - (C) a desistência de Rúbia também poderia ser feita verbalmente, haja vista a informalidade que vigora no processo administrativo.
 - (D) a desistência não pode ser total, devendo ser parcial, vez que apenas a Administração pública tem o poder de extinguir integralmente o feito.
 - (E) a desistência de Rúbia somente será admissível se decorrer de fatos supervenientes, isto é, que surgiram após a instauração do processo administrativo.

38. Maria, servidora estável, sofreu penalidade de demissão em janeiro de 2013. A pena foi invalidada por decisão judicial transitada em julgado em janeiro de 2016. Ocorre que o cargo de Maria, que é servidora pública federal, encontra-se provido pela servidora Joaquina. Nesse caso, conforme preceitua a Lei nº 8.112/1990, Maria será
- (A) reintegrada ao seu cargo, sendo ressarcida de todas as vantagens referentes ao período em que ficou fora do serviço público.
 - (B) aproveitada em outro cargo com atribuições e vencimentos compatíveis com o anterior.
 - (C) colocada em disponibilidade, com direito de receber todos os vencimentos e vantagens inerentes ao cargo, até que seja providenciada a recolocação de Joaquina.
 - (D) reintegrada ao seu cargo, sendo ressarcida apenas dos vencimentos referentes ao período em que ficou fora do serviço público.
 - (E) redistribuída, sendo observados os requisitos legais de tal instituto, como por exemplo, a equivalência de vencimentos.

39. Considere:

- I. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- II. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- III. O julgamento, por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.
- IV. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a quinze meses, incluídas eventuais prorrogações.

No que concerne ao Sistema de Registro de Preços, conforme preceitua o Decreto nº 7.892/2013, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.



40. Considere a seguinte situação hipotética: o Prefeito de determinado Município de Roraima concedeu autorização para atividade de extração de areia de importante lago situado no Município. Cumpre salientar que o ato administrativo preencheu todos os requisitos legais, bem como foi praticado quando estavam presentes condições fáticas que não violavam o interesse público. Ocorre que, posteriormente, a atividade consentida veio a criar malefícios à natureza. No caso narrado, o ato administrativo emanado pelo Prefeito poderá ser
- (A) mantido incólume no mundo jurídico, haja vista que a nova circunstância fática não gera consequências ao ato já praticado.
 - (B) anulado pela Administração pública ou pelo Judiciário, com efeitos *ex tunc*.
 - (C) anulado apenas pelo Poder Judiciário e com efeitos *ex nunc*.
 - (D) convalidado, com efeitos *ex tunc*.
 - (E) revogado, com efeitos *ex nunc*.

Direito do Trabalho

41. Maciel é empregado da empresa X Ltda e exerce seu labor no horário noturno. Todavia, todas as sextas-feiras e aos sábados Maciel estendeu seu labor até as 07:00 horas. Neste caso, de acordo com o entendimento Sumulado do TST,
- (A) não é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, uma vez que já efetuadas no horário diurno, ou seja, após 6h.
 - (B) não é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, uma vez que já efetuadas no horário diurno, ou seja, após 5h.
 - (C) é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, sendo que este adicional integrará o salário de Maciel para todos os efeitos legais.
 - (D) é devido o adicional noturno apenas quanto a primeira hora prorrogada, sendo que este adicional integrará o salário de Maciel para os efeitos legais, exceto férias.
 - (E) é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, sendo que este adicional integrará o salário de Maciel para os efeitos legais, exceto férias e décimo terceiro salário.
42. De acordo com o entendimento Sumulado do TST, a habitação, a energia elétrica e o veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho,
- (A) não têm natureza salarial, exceto se, no caso de veículo, ele for utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
 - (B) têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
 - (C) não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
 - (D) têm natureza salarial, exceto se, no caso de veículo, ele for utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
 - (E) têm natureza salarial, exceto se, no caso de veículo, ele for utilizado pelo empregado também em atividades particulares e, exceto se, no caso da habitação, ela for utilizada para hospedar familiares residentes em outro estado.
43. Ruth, Ajudante Geral da fábrica de parafusos CDE Ltda., foi dispensada injustamente em 1 agosto de 2016, sendo que em suas verbas rescisórias não foi pago nenhum valor a título de Participação nos Lucros ou Resultados – PLR, estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado no início do ano, em um salário contratual de cada trabalhador, a ser pago em dezembro do mesmo ano. Neste caso, Ruth
- (A) tem direito ao recebimento da parcela da PLR de forma proporcional aos meses trabalhados, pois a ex-empregada concorreu para os resultados positivos da empresa.
 - (B) não tem direito ao recebimento da parcela da PLR, uma vez que foi dispensada antes da data estipulada de seu pagamento.
 - (C) tem direito ao recebimento da parcela da PLR de forma integral, uma vez que foi iniciativa do empregador a rescisão do contrato de trabalho.
 - (D) não tem direito ao recebimento da parcela da PLR, uma vez que foi dispensada injustamente, só fazendo jus a tal valor se tivesse se aposentado antes da data estipulada de seu pagamento.
 - (E) tem direito ao recebimento da parcela da PLR, podendo o empregador decidir se pagará de forma proporcional aos meses do ano trabalhados ou de forma integral, de acordo com o desempenho de sua ex-empregada.
44. A Cláusula X da Convenção Coletiva de Trabalho H fixa adicional de insalubridade em 10% sobre o salário mínimo regional quando a insalubridade for graduada em grau médio. A Cláusula Y da Convenção Coletiva de Trabalho G fixa adicional de insalubridade proporcional ao tempo de exposição, limitando em 5%, 10% e 15% sobre o salário mínimo regional, respectivamente, de acordo com o grau constatado, se mínimo, médio ou máximo. Nestes casos,
- (A) ambas as cláusulas são válidas, mas carentes de eficácia.
 - (B) somente a cláusula X é inválida.
 - (C) somente a cláusula Y é inválida.
 - (D) ambas as cláusulas são inválidas.
 - (E) ambas as cláusulas são válidas e eficazes.



45. Luciana e Suzana são amigas inseparáveis e, em razão da permissão de seus empregadores, pretendem gozar férias juntas, planejando uma longa viagem. Porém, precisam verificar quantos dias possuem para gozar de férias. Considerando que, durante o período aquisitivo de férias, Luciana teve 7 faltas injustificadas e Suzana teve 4 faltas injustificadas, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) ambas as amigas terão direito a 24 dias corridos de férias.
(B) Luciana terá direito a 24 dias corridos de férias e Suzana a 30 dias.
(C) ambas as amigas terão direito a 30 dias corridos de férias.
(D) Luciana terá direito a 18 dias corridos de férias e Suzana a 24 dias.
(E) ambas as amigas terão direito a 25 dias corridos de férias.
-
46. Ricardo é empregado da empresa Z exercendo as funções de jardineiro. Assim, quando termina a sua jornada de trabalho, se dirige ao vestiário para trocar o uniforme, sendo que, após a troca ele registra a sua saída no cartão de ponto. Neste caso, de acordo o entendimento Sumulado do TST, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de
- (A) dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários, incluindo o tempo para troca de uniforme.
(B) cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários, excluindo o tempo para troca de uniforme.
(C) cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários, incluindo o tempo para troca de uniforme.
(D) dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários, excluindo o tempo para troca de uniforme.
(E) três minutos, observado o limite máximo de seis minutos diários, excluindo o tempo para troca de uniforme.
-
47. De acordo com o entendimento Sumulado do TST, no tocante à estabilidade do dirigente sindical, considere:
- I. Não é assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, se a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse tenha sido realizada fora do prazo legal previsto na CLT, mesmo que a ciência do empregador ocorra na vigência do contrato de trabalho.
- II. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não subsistirá a estabilidade.
- III. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
(B) II e III.
(C) I e III.
(D) II.
(E) III.
-
48. Considere as seguintes situações hipotéticas: Cleiton labora na farmácia XZC Ltda. possuindo jornada de trabalho de cinco horas diárias. Seu irmão Cledison labora na farmácia VBN Ltda. e possui jornada de trabalho de quatro horas diárias. Já Monique, tia dos irmãos, trabalha no supermercado ZWQ Ltda. e possui jornada de trabalho de 7 horas diárias. Nestes casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante ao intervalo intrajornada,
- (A) Cleiton e Cledison não terão direito ao intervalo e Monique terá direito a uma hora de intervalo.
(B) Cleiton e Cledison terão direito a quinze minutos de intervalo e Monique terá direito a uma hora de intervalo.
(C) Cleiton e Cledison terão direito a quinze minutos de intervalo e Monique terá direito a trinta minutos de intervalo.
(D) todos terão direito a quinze minutos de intervalo.
(E) Cleiton terá direito a quinze minutos de intervalo, Cledison não terá direito ao intervalo e Monique terá direito a uma hora de intervalo.

Direito Processual do Trabalho

49. Considere:
- I. Indisponibilidade do sistema superior a 60 minutos ininterruptos ocorrida entre 6h e 23h.
II. Indisponibilidade do sistema superior a 60 minutos não ininterruptos ocorrida entre 6h e 23h.
III. Indisponibilidade do sistema entre 23h e 23h59.
IV. Indisponibilidade do sistema ocorrida entre 0h e 6h de dia de expediente forense.

De acordo com a Resolução CSJT nº 136/2014, serão prorrogados para o dia útil seguinte à retomada de funcionamento os prazos que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade indicadas APENAS em

- (A) I, II e III.
(B) II, III e IV.
(C) I, II e IV.
(D) II e III.
(E) III e IV.



50. Considere:

- I. Em face de decisão que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos.
- II. Em face de decisão que nega provimento a agravo contra decisão monocrática do Relator, em que se proclamou a ausência de pressupostos extrínsecos de agravo de instrumento.
- III. Para revisão dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, cuja ausência haja sido declarada originariamente pela Turma no julgamento do agravo.
- IV. Para impugnar o conhecimento de agravo de instrumento.

Conforme entendimento Sumulado do TST, não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, salvo, dentre outras, nas hipóteses indicadas em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I e III, apenas.

51. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita:

- (A) apenas a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e o Ministério Público do Trabalho.
- (B) apenas o Ministério Público do Trabalho.
- (C) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica e o Ministério Público do Trabalho.
- (D) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica, bem como as entidades fiscalizadoras do exercício profissional e o Ministério Público do Trabalho.
- (E) apenas a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.

52. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Na reclamação trabalhista Z o valor da causa é R\$ 15.000,00 e as partes são Carolina e o Município S.
- II. Na reclamação trabalhista Q o valor da causa é R\$ 30.000,00 e as partes são Felícia e a empresa privada W.
- III. Na reclamação trabalhista S o valor da causa é R\$ 32.000,00 e as partes são Ana Clara e fundação pública Q.
- IV. Na reclamação trabalhista W o valor da causa é R\$ 35.000,00 e as partes são Marcela e autarquia municipal L.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, NÃO estão submetidas ao procedimento sumaríssimo APENAS

- (A) as reclamações trabalhistas III e IV.
- (B) a reclamação trabalhista I.
- (C) a reclamação trabalhista II.
- (D) as reclamações trabalhistas II e III.
- (E) as reclamações trabalhistas I, III e IV.

53. Considere:

- I. Recurso Ordinário ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
- II. Ação rescisória.
- III. Mandado de segurança.
- IV. Agravo de Petição ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

De acordo com o entendimento Sumulado do TST, o *jus postulandi* das partes estabelecido no artigo 791 da CLT, alcança os indicados APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.

54. Camilo está noivo de Isabella e pretendem se casar no ano de 2017. Desde o noivado, Camilo busca adquirir um imóvel para a residência do casal. Fernanda, irmã de Camilo, advogada e militante na Justiça do Trabalho, entrega para seu irmão um edital com leilão para venda de imóveis penhorados em reclamações trabalhistas e explica para Camilo que se ele pretender adquirir um dos imóveis deverá depositar um sinal correspondente a

- (A) 20% do valor do imóvel e pagar o preço total dentro de 24 horas da arrematação.
- (B) 30% do valor do imóvel e pagar o preço total dentro de 24 horas da arrematação.
- (C) 20% do valor do imóvel e pagar o preço total dentro de 48 horas da arrematação.
- (D) 30% do valor do imóvel e pagar o preço total dentro de 48 horas da arrematação.
- (E) 15% do valor do imóvel e pagar o preço total dentro de 5 dias da arrematação.



55. No tocante à liquidação de sentença, em regra, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é certo que
- (A) a liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, que deverá ser executada de forma independente em razão da natureza do crédito.
 - (B) elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz deverá abrir às partes prazo comum de 10 dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
 - (C) na liquidação, pode-se modificar a sentença liquidanda bem como discutir matéria pertinente à causa principal.
 - (D) tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz deverá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, do teto de três salários mínimos regionais.
 - (E) elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de dez dias, sob pena de preclusão.

56. No tocante ao Recurso de Revista, considere:

- I. Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando contrariarem súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- II. Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- III. O Recurso de Revista, dotado de efeito devolutivo e suspensivo será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.
- IV. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do Recurso de Revista.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.

Direito Civil

57. A respeito dos bens, é correto afirmar que

- (A) constitui universalidade de fato o complexo de relações jurídicas de uma pessoa, dotadas de valor econômico.
- (B) os materiais provisoriamente separados de um prédio, mesmo que sejam nele reempregados, perdem o caráter de imóveis.
- (C) constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- (D) os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- (E) as energias que tenham valor econômico são consideradas bens imóveis para os efeitos legais.

58. Paulo e Pedro firmaram contrato pelo qual Pedro comprometeu-se a comprar o automóvel de placas XX-22 ou o caminhão de placas YY-33, ambos de propriedade de Paulo, no prazo de 30 dias, pelo preço médio de mercado. O contrato nada mais estabeleceu a respeito. Nesse caso, preenchidas as condições de prazo e de preço,

- (A) se o automóvel for destruído por incêndio fortuito, não subsistirá a obrigação de comprar o caminhão.
- (B) Pedro poderá obrigar Paulo a vender-lhe os dois veículos.
- (C) a escolha do veículo a ser comprado cabe a Pedro.
- (D) se o automóvel e o caminhão forem destruídos por incêndio fortuito, subsistirá a obrigação, devendo Paulo fornecer outros veículos para venda.
- (E) se o automóvel e o caminhão forem destruídos por culpa de Pedro, Paulo poderá exigir apenas a quantia correspondente ao veículo de maior valor.

59. A respeito do adimplemento e extinção das obrigações, é correto afirmar que

- (A) a novação por substituição do devedor não pode ser efetuada sem o consentimento deste.
- (B) o devedor não pode reter o pagamento enquanto não lhe seja dada quitação regular.
- (C) o credor não pode concordar em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- (D) é lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- (E) a compensação pode se efetuar entre dívidas ilíquidas, não vencidas e de coisas infungíveis.



60. A respeito do contrato de compra e venda, considere:
- I. Se a venda se realizar à vista de amostras, protótipos ou modelos e houver contradição ou diferença entre estes e a maneira pela qual se descreveu a coisa no contrato, prevalecerá a descrição constante do contrato.
 - II. As partes podem deixar a fixação do preço à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e local.
- III. É lícita a compra e venda entre cônjuges com relação a bens excluídos da comunhão.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) III.

61. Um empregado de João causou culposamente o atropelamento de um pedestre, causando-lhe ferimentos. Luiza esqueceu a panela no fogo e causou incêndio na casa de sua empregadora. O filho menor de Pedro, que estava sob sua autoridade e em sua companhia, arremessou um objeto contra outro menor, ferindo-o. A responsabilidade de João, de Luiza e de Pedro pela reparação civil é
- (A) objetiva.
 - (B) subjetiva, objetiva e objetiva, respectivamente.
 - (C) objetiva, objetiva e subjetiva, respectivamente.
 - (D) objetiva, subjetiva e objetiva, respectivamente.
 - (E) subjetiva.

Direito Processual Civil

62. Considere:
- I. Desnecessidade de instrução probatória.
 - II. Prévia garantia do juízo através de depósito do valor da execução.
 - III. Matéria arguida conhecível de ofício pelo juiz.
 - IV. Prova pré-constituída da alegação.
- Incluem-se dentre os requisitos de admissibilidade da exceção de pré-executividade os indicados APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) I, II e IV.
63. A respeito dos prazos processuais, é correto afirmar que
- (A) inexistindo preceito legal ou determinação judicial, será de 3 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
 - (B) na contagem de prazo em dias computar-se-ão os dias úteis, os domingos e feriados.
 - (C) ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.
 - (D) se considera como data de publicação o dia da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.
 - (E) salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
64. José ajuizou procedimento comum, mas a petição inicial foi indeferida por conter pedidos incompatíveis entre si. Nesse caso, dessa decisão
- (A) caberá agravo de instrumento.
 - (B) caberá apelação.
 - (C) caberá agravo interno.
 - (D) caberá recurso especial.
 - (E) não caberá recurso.

65. A respeito do procedimento comum, considere:
- I. Incumbe ao réu, na contestação, antes de discutir o mérito, alegar a incompetência absoluta ou relativa.
 - II. Proposta a reconvenção, o autor será citado pessoalmente para apresentar contestação no prazo de 10 dias.
 - III. Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos em tempo de praticar os atos processuais indispensáveis à sua produção.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) I.
 - (E) I e III.



66. Têm legitimidade para propor a ação civil pública, dentre outros,

- (A) qualquer do povo.
- (B) todas sociedades legalmente constituídas.
- (C) quaisquer funcionários públicos.
- (D) os Municípios.
- (E) quaisquer grupos despersonalizados.

Noções de Administração Pública

67. Entre as metodologias consagradas aplicáveis à gestão/gerenciamento de projetos, se insere a CPM – Critical Path Method (Método do Caminho Crítico), que preconiza, entre outros conceitos, que

- (A) o prazo total do projeto será excedido se alguma das atividades inseridas no caminho crítico for concluída após a data previamente estabelecida.
- (B) o gerenciamento de escopo se sobrepõe ao gerenciamento de tempo, devendo ser dada especial atenção à determinação das tarefas prioritárias.
- (C) todas as atividades inseridas no projeto devem ser monitoradas, salvo aquelas incluídas na sequência lógico-evolutiva denominada caminho crítico.
- (D) o caminho crítico corresponde aos desvios de escopo e riscos de atraso inerentes a cada projeto, devendo, assim, ser objeto de constante monitoramento.
- (E) o gerenciamento de riscos do projeto, no que pertine a custos e qualidade, constitui tarefa da alta Administração, cabendo ao gerente do projeto apenas o controle do prazo de execução.

68. O denominado Ciclo PDCA, também conhecido como Ciclo da Melhoria Contínua, é um método utilizado, precipuamente, para

- (A) planejamento estratégico da organização, estabelecendo indicadores e metas de curto, médio e longo prazo.
- (B) gestão de pessoas, aplicando dinâmicas de grupo e treinamentos para aprimorar o desempenho de suas funções.
- (C) controlar e melhorar as atividades de um processo, padronizando informações de controle e reduzindo erros.
- (D) avaliação de desempenho, com repercussão direta na remuneração conforme o atingimento de objetivos pré-estabelecidos.
- (E) gerenciamento de projetos, a partir de um escalonamento estabelecido em função do grau de prioridade para a organização.

69. Entre as diversas teorias que buscam explicar a dinâmica da motivação, algumas são classificadas como de conteúdo, sendo mais estáticas e descritivas, procurando explicar o que motiva o indivíduo. De outro lado, aquelas classificadas como teorias de processo procuram explicar como se dá o processo de motivação, tal como a Teoria

- (A) do Reforço, de Skinner, segundo a qual o reforço negativo é representado pela remoção de um evento punitivo.
- (B) Bifatorial, de Herzberg, segundo a qual existem fatores individuais e ambientais que impulsionam a motivação.
- (C) X e Y, de McGregor, que preconiza a prevalência de características inatas no desencadeamento do processo motivacional.
- (D) ERC, de Clayton Alderfer, de acordo com a qual a recompensa financeira é o fator de maior peso para desencadear a motivação, porém não prevalente na sua manutenção.
- (E) das Necessidades Adquiridas, de David McClelland, que apresenta uma pirâmide das necessidades que geram motivação, na base da qual estão as ligadas à sobrevivência.

70. Suponha que determinada organização pública tenha implantado, como uma das práticas de gestão de pessoas, avaliação de desempenho para fins de evolução funcional. Ocorre que, em determinado setor, percebeu-se no avaliador uma tendência de generalização de um aspecto negativo do desempenho do avaliado para todos os demais quesitos sob avaliação, nivelando o julgamento para baixo. Tal distorção

- (A) é típica do setor público, denominada tendência central.
- (B) costuma ser mais recorrente no setor privado, induzida pelo excesso de rigor.
- (C) é denominada recenticidade, podendo ocorrer tanto no setor público como no privado.
- (D) é denominada leniência, derivando da falta de comprometimento do avaliador.
- (E) pode ocorrer tanto no setor público como no privado, sendo conhecida como efeito halo.